

“Obsessão” do Banco de Moçambique pela inflação a um dígito asfixia empresários e famílias moçambicanas

- A aversão do Banco de Moçambique (BM) pela inflação é cada vez mais evidente e está a conduzir o regulador a um novo ciclo vicioso de encarecimento do custo do dinheiro no país, com efeitos adversos para economia nacional. O regulador financeiro moçambicano lidera com a postura mais restritiva na gestão dos instrumentos de política monetária ao nível da região da SADC, tendo incrementado a sua taxa de juro em 400 pontos base desde o início do ano.

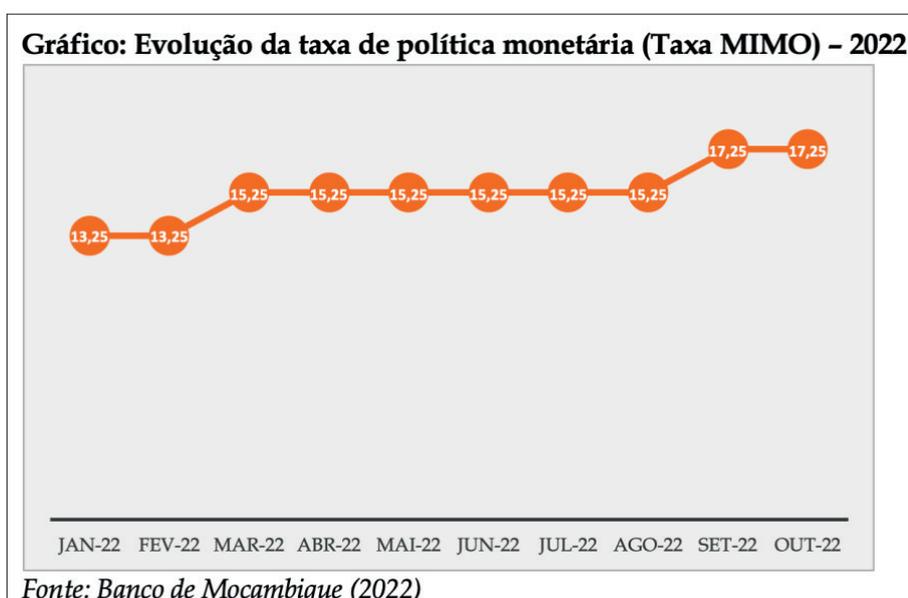


Para o sufoco das empresas e famílias moçambicanas, as “equações” do BM continuam a aceitar novos agravamentos do custo de crédito no país. A política monetária do BM, que já vinha sendo caracterizada como sendo demasiadamente conservadora¹, tornou-se persistentemente restritiva e penalizadora da actividade económica. Contam-se, desde o início do ano, dois aumentos significativos na taxa de juro de política monetária (taxa MIMO)², ambas em nome da estabilidade de preços no país.

O primeiro aumento, na ordem de 200 pontos base (pb), foi registado na sessão de Março, após passar um ano e dois meses sem sofrer qualquer alteração ao nível de 13,25%. O segundo ajuste, na

mesma magnitude do primeiro, foi comunicado na quinta e penúltima sessão do Comité de Política Monetária (CPMO) em Setembro último, elevando a taxa para os actuais 17,25%, o que totaliza um agravamento de 400pb desde a primeira sessão de Janeiro.

Para além da taxa MIMO, o BM decidiu, no fim de Setembro último, aumentar a taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 18,25% para 20,25%, a taxa da Facilidade Permanente de Depósitos de 12,25% para 14,25% e manteve os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional em 10,50%, e em moeda estrangeira em 11,50%.



A *Prime Rate* do sistema financeiro moçambicano, referência nas operações de crédito de taxa de juro variável ao nível dos bancos comerciais, foi calculada em 20,60% para o mês de Outubro³, o mesmo nível dos últimos quatro meses. Entretanto, na sequência da recente decisão do BM é expectável que a taxa praticada pelos bancos comerciais registre um aumento na mesma proporção da variação da taxa de política monetária nos próximos meses, para 22,60%.

O BM justificou o último agravamento avançando

que o mesmo visa assegurar o “retorno” da inflação para um dígito no médio prazo, num contexto em que se perspectiva a manutenção da volatilidade dos preços dos produtos energéticos e alimentares a nível internacional, na sequência do prolongamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Ciente da natureza controversa da sua última decisão, além do habitual comunicado do CPMO, e num claro desvio no padrão de comunicação da instituição, o regulador financeiro organizou, na primeira semana do mês em curso, uma palestra sobre a

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/10/PRIVILEGIANDO-A-ESTABILIDADE-MACROECONOMICA-EM-DETRIMENTO-DA-PROTECCAO-ECONOMIA-Banco-de-Moçambique-mantem-taxa-de-juro-de-politica-monetaria-inalterada-pelo-5o-consecutivo.pdf>

² A Taxa do Mercado Interbancário de Moçambique (Taxa MIMO) é a taxa de referência praticada nas operações entre os bancos comerciais e o Banco Central.

³ A prime rate, actualmente em 20,60%, é o resultado da soma do Indexante Único (calculado pelo BdeM) e do Prémio de Custo (calculado pela AMB), neste momento em 15,30% e 5,30%, respectivamente.

⁴ <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/12002-banco-de-mocambique-defende-aumento-de-taxa-de-juro-para-evitar-descontrolo-da-inflacao>

“Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação” com estudantes da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), visando esclarecer os “porquês” e “legitimar” o novo aumento em 200pb na sua taxa de política monetária.

No evento, o Director do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Moçambique, Pinho Ribeiro, justificou o aumento da taxa de juro com a necessidade de evitar uma “espiral” nos preços e

o “descontrolo da inflação”⁴, alertando que a instituição “não hesitará em tomar medidas correctivas” para proteger a economia. Em outras palavras, a prevalecer a volatilidade de preços dos combustíveis e dos alimentos, as condições para obtenção de financiamento tornar-se-ão ainda mais proibitivas e o serviço da dívida existente na banca comercial ainda mais oneroso para as empresas e famílias moçambicanas.

Custo do dinheiro segue em alta sufocando as empresas e as famílias

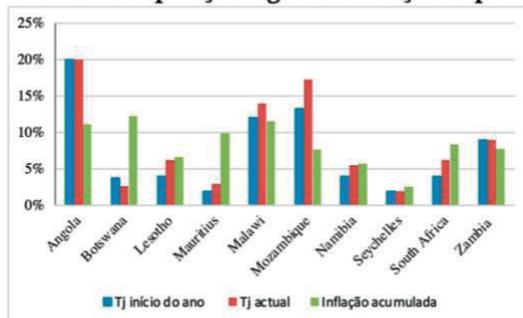
O encarecimento do custo do dinheiro tornou-se a “panaceia” na gestão da política monetária do BM. Com efeito, a cada sessão do CPMO fica evidente a “fobia” excessiva do regulador financeiro à inflação. Aliás, bem antes dos recentes choques externos na sequência do conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia, o BM já era acusado de actuar com demasiado conservadorismo no que se refere à estabilidade de preços. Essencialmente, prosseguindo uma política inconsistente, contraditória e asfíxante à economia real⁵, com uma gestão em pró-ciclo: uma política restritiva em contexto de crise, no lugar de uma política expansiva, como, por exemplo, depois do conhecimento das dívidas ocultas em 2015/2016 e depois da pandemia da COVID-19.

A racionalidade da medida assenta na ideia de que com um acesso ao crédito mais restritivo no país e o dinheiro mais caro, os moçambicanos terão um menor incentivo para contratar empréstimos, um menor poder de compra, e consequentemente procurarão menos por certos produtos e serviços, estabilizando os preços. Trata-se, na verdade, de uma tendência glo-

bal, assistindo-se em todo mundo uma reversão das políticas monetárias mais complacentes adoptadas desde a crise financeira em 2008 e impulsionadas recentemente pela pandemia da COVID-19. Embora as últimas decisões do BM enquadrem-se neste novo contexto de encarecimento do custo do dinheiro a nível global, as mesmas são tidas como exageradas⁶ e reveladoras de uma “obsessão” pelo controlo da evolução dos níveis de preços pelo banco central.

O facto é que a aversão à inflação do BM é cada vez mais evidente e está a conduzir o regulador a um ciclo vicioso de encarecimento do dinheiro no país, com efeitos adversos para a economia nacional – onde o custo de crédito já era considerado elevado e incomportável mesmo antes dos recentes aumentos. Com efeito, o BM lidera com a postura mais restritiva na gestão dos instrumentos de política monetária ao nível da região da SADC, tendo incrementado a sua taxa de juro em 400 pb desde o início do ano, três vezes acima da média regional de 119pb, para 17,25% (é preciso recuar até Março de 2018 para encontrar uma taxa superior a esta).

Gráfico: Comparação regional: Inflação vs política monetária (2022)



Fonte: Central Bank Rates (cbrates.com)



⁵ https://omrmz.org/destaque_rural/dr-166-politica-monetaria-do-banco-de-mocambique-inconsistente-contraditoria-e-asfíxante-da-economia-real/

⁶ <https://www.voportugues.com/a/analistas-mo%C3%A7ambicanos-n%C3%A3o-veem-com-bons-olhos-aumento-da-taxa-mimo/6778882.html>

No gráfico acima nota-se claramente que embora não tenha registado a maior inflação acumulada ao nível da região, o país lidera com o maior aumento na taxa de juro de política monetária. Também é interessante observar que Moçambique é o país com a maior taxa de juro real da região (diferença entre a taxa de juro nominal e a inflação), sendo este resultado revelador de uma política persistente e excessivamente restritiva que penaliza as empresas e famílias em benefício das instituições do sistema financeiro⁷.

Os custos do excessivo conservadorismo do BM são pagos pelos empresários e famílias na banca comercial. Segundo estimativas apresentadas semana finda pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), com a subida das taxas de juro, a actual dívida privada (empresas e famílias), no valor de 270,8 biliões de Meticaís, vai aumentar em 5%, o que corresponde a 13,5 biliões de Meticaís, nos próximos cinco anos, aumentando a exposição das empresas e afectando os seus indicadores financeiros de forma negativa⁸. Os custos com o endividamento do sector privado e o con-

sequente acúmulo de créditos malparados ao nível do sistema financeiro constituem apenas uma parte dos efeitos das últimas intervenções do BM. Outros custos também virão sob a forma de um incremento do serviço da dívida pública doméstica (pago pelos impostos dos moçambicanos), pressionando o Orçamento do Estado.

Conforme ficou claro com as cinco sessões do CPMO até aqui realizadas, o agregado dos custos ora referidos é irrisório relativamente ao custo da inflação percebido pelo regulador financeiro. Como resultado, os modelos econométricos por si desenvolvidos continuam a prescrever novos e pesados aumentos no custo do dinheiro. Sendo que esta tem sido uma tendência persistente, e que gera cada vez mais controvérsias⁹ nos diferentes quadrantes da sociedade, recomenda-se que o BM tire algum tempo para avaliar os custos que a sua actuação tem implicado para o sector real da economia. É preciso moderar a obsessão do controlo pela evolução dos níveis de preços sob o risco de, num cenário extremo, desencadear um abrandamento do crescimento económico e aumento do desemprego¹⁰.

⁷ Ibidem 5

⁸ Ibidem 5 8 <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/12073-subida-da-taxa-de-juro-vai-aumentar-credito-privado-em-13-5-bilhoes-de-meticais-cta>

⁹ <https://www.voaportugues.com/a/analistas-mo%C3%A7ambicanos-n%C3%A3o-veem-com-bons-olhos-aumento-da-taxa-mimo/6778882.html>

¹⁰ <https://www.theguardian.com/business/2022/sep/16/world-bank-warns-higher-interest-rates-could-trigger-global-recession>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Gabriel Manguela
Equipa Técnica: Emídio Beúla, Dimas Sinoia, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

